



SUMÁRIO

- AVISO DE CANCELAMENTO TP 006/2021.
- RELATORIO DE EXAME E JULGAMENTO TP 06 CANARANA - REVOGAÇÃO.
- ERRATA DE DECRETO Nº 313 DE 18 DE MAIO DE 2021.



Tomada de Preço



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS

GESTÃO
2021-2024

AVISO DE CANCELAMENTO DE TOMADA DE PREÇO 006/2021

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Canarana Estado da Bahia, devidamente nomeado pela Portaria Nº 001/2021, de 05 de janeiro de 2021, no uso de suas atribuições comunica aos interessados o **CANCELAMENTO**, da licitação **TOMADA DE PREÇO Nº 006/2021**, consubstanciado no **RELATÓRIO DE EXAME E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, que decidiu pela **REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO**. Fundamenta a necessidade dessa revogação em virtude de problemas encontrados no projeto que necessitam de urgente correção e que inviabilizariam a execução da obra.

Maiores informações poderão ser adquiridas pelo telefone (74) 99952-8552 ou via e-mail licitacoes@canarana.ba.gov.br.

Canarana-Bahia, 20 de maio de 2021.

Eduardo Seixas Pimenta.
Presidente da Comissão Permanente de Licitações





Tomada de Preço



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

GESTÃO
2021-2024

**RELATÓRIO DE EXAME E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE
HABILITAÇÃO
REFERENTE À TOMADA DE PREÇO Nº. 006/2021.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.27.04.21.**

I – Objetivo:

Examinar e julgar os documentos de habilitação das empresas proponentes da TOMADA DE PREÇO n.º 06/2021, que tem como Objeto a **Contratação de empresa especializada em obras de engenharia civil para construção de Creches Infantis nos Povoados de Baixa do Vigário e Capivara, para atender demandas da Secretaria de Educação desta Municipalidade.**

II – Licitantes:

DORATA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI,
CNPJ. 24.089.530/0001-16.

ABA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ. 33.962.048/0001-30.

ESTRELAS CONSTRUTORA LTDA, CNPJ.
25.298.072/0001-98.

FREIRE SILVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ.
37.154.405/0001-94.

III – Análise e Julgamento:

No dia 19 de maio de 2021, reuniu-se a Comissão para análise da documentação, chegando à conclusão que se verifica ao final.

As licitações são instauradas a partir da constatação, pelo Poder Público, da necessidade de contratar terceiros com o fim de suprir demanda específica e essencial para o desenvolvimento das atividades cotidianas da entidade/órgão, assim como protagonizar projetos de obras ou serviços de relevante interesse público.

Deve seguir uma sequência de atos predeterminados legalmente, contendo ritos específicos, devido à estrutura normativa rígida imposta às contratações realizadas pelo Estado.

Esse rito predefinido se associa à relação jurídica inerente a esse tipo de certame, tido por nós como seu fundamento: a participação das pessoas privadas interessadas em firmar contrato com a administração. Sem essa participação do particular, o processo licitatório é prejudicado, podendo ser considerado deserto.

O curso habitual e esperado para o processo envolve, na fase externa, publicidade, habilitação dos proponentes, julgamento e classificação das propostas, nos

Av. Rio Branco, S/N - Centro - Canarana/BA
CEP: 44890-000 - CNPJ: 13.714.464/0001-01 - Tel. (74) 99952 8552
Email: licitacoes@canarana.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

GESTÃO
2021-2024

termos do art. 43 da Lei 8.666/93. **Entretanto, nem sempre o término da licitação se dá de forma a atender a essa expectativa.**

Existem duas formas de Extinção do Processo Licitatório, uma que se dá de **MANEIRA ORDINÁRIA**, com a **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO AO VENCEDOR DO CERTAME**, quanto aquelas oriundas de questões supervenientes, **DEFINIDAS COMO EXTINÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DA LICITAÇÃO.**

Depois de julgadas e classificadas as propostas dos licitantes conforme o tipo da licitação estabelecido pelo instrumento convocatório, caberá à autoridade responsável **verificar se o processo encontra-se de acordo com a ordem jurídica vigente para, em seguida, deliberar acerca da homologação e adjudicação do objeto da licitação.**

Destarte, ao homologar a licitação, a autoridade competente estará conferindo legitimidade a todos os atos praticados no curso do processo licitatório, sendo esse seu principal efeito.

Diante disso, se nenhum vício de legalidade for constatado, e ainda, se oportuna e conveniente a contratação, o ato de homologação será expedido. Após a homologação, à mesma autoridade compete adjudicar o objeto da licitação ao seu vencedor.

A adjudicação é, desse modo, “o ato pelo qual se atribui ao vencedor o objeto da licitação, para subsequente efetivação do contrato administrativo”.

Assim, diante da adjudicação o licitante adquire o direito de não ser preterido na contratação se esta, efetivamente, se concretizar.

Após a homologação e a adjudicação do certame, estará encerrado o processo licitatório. Diante disso, o conteúdo dessas decisões deverá ser comunicado a todos os licitantes para que possam tomar conhecimento e também, se necessário, exerçam o controle sobre os atos praticados.

Importante consignar que a adjudicação ou a homologação da licitação não acarreta afastamento da prestação jurisdicional no caso de algum licitante sentir-se preterido em seu direito. Entender de maneira diversa corresponde a dizer que o Poder Judiciário não poderia coibir arbitrariedades da Administração, o que nos soa como compreensão equivocada, notadamente em face da disposição contida no art. 5, XXXV, da Constituição Federal de 1988.

Av. Rio Branco, S/N - Centro - Canarana/BA
CEP: 44890-000 - CNPJ: 13.714.464/0001-01 - Tel. (74) 99952 8552
Email: licitacoes@canarana.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

GESTÃO
2021-2024

Atos praticados no transcurso da licitação são passíveis de controle pela autoridade competente da entidade licitadora, podendo ocorrer a qualquer momento.

Na **fase de aprovação**, cabe à autoridade verificar previamente se persistem os motivos de oportunidade e conveniência que ensejaram a autorização para o desencadeamento do processo necessário à contratação, bem como se todas as formalidades legais foram observadas nas suas diversas etapas, controle de mérito e de legalidade.

Verificamos que existe a necessidade de adequação ao projeto, adaptações que somente nesse momento da análise dos documentos apresentados pela empresa e que essa comissão em conjunto com o corpo de engenheiros do município perceberam a necessidade.

A revogação é medida que se impõe.

Salienta-se que a revogação não se opera em virtude de uma ilegalidade, **mas em decorrência de fato superveniente, posterior à abertura do certame, pertinente e suficiente, diretamente relacionado ao interesse público objetivado.**

A revogação da licitação pública é ato discricionário do administrador público, que deve analisar o caso concreto de acordo com a conveniência e a oportunidade, com lastro no princípio da indisponibilidade do interesse público que norteia as atividades administrativas

A Súmula 473 do E. STF descreve que “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Por sua vez, o Art. 49 da Lei Federal 8.666/1993 prescreve que “A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Não é necessário **instaurar processo administrativo em que se assegure aos atingidos pela decisão a oportunidade de se manifestar a respeito.**

Nessa fase, ainda não temos nesse certame a **adjudicação do objeto e da homologação**, bem como particular declarado vencedor, **E OS LICITANTES NÃO TEM QUALQUER DIREITO A SER PROTEGIDO EM FACE DE POSSÍVEL DESFAZIMENTO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**, o que **AFASTA A**

Av. Rio Branco, S/N - Centro - Canarana/BA
CEP: 44890-000 - CNPJ: 13.714.464/0001-01 - Tel. (74) 99952 8552
Email: licitacoes@canarana.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

GESTÃO
2021-2024

NECESSIDADE DE LHE SER ASSEGURADO O EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.

Assim tem decidido os Tribunais:

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REVOGAÇÃO – CONTRADITÓRIO.1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.4. **A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.**5. **Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.**6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.7. Recurso ordinário não provido. (STJ, ROMS nº 200602710804, Rel. Eliana Calmon, DJE de 02.04.2008.) (grifei)

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PREGÃO ELETRÔNICO - REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO ANTES DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DESNECESSIDADE DE OBSERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA- RECURSO DESPROVIDO. **A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.** O art. 49, § 3º, da Lei de Licitações somente se aplica quando o procedimento licitatório foi homologado ou adjudicado o seu objeto. Não há direito a ser tutelado antes de tais momentos quando ato de revogação é praticado de forma motivada. Ato que tem presunção de veracidade e legitimidade que não é afastada pelas provas dos autos.(TJ-PR - AC: 4997582 PR 0499758-2, Relator: Fabio Andre Santos Muniz, Data de Julgamento: 19/05/2009, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 154)(grifei)

MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DE REVOGAÇÃO PARCIAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – Ausência de ilegalidade – **Os vencedores de processo licitatório possuem mera expectativa de direito, antes da homologação, da adjudicação do objeto e da assinatura do contrato – Ausência de direito adquirido – Titular de mera expectativa de direito não faz jus à garantia de ampla defesa e contraditório, previsto no § 3.º do artigo 49 da Lei 8.666/93** – Inexistência da demonstração de direito líquido e certo – Precedente de Tribunal Superior - Sentença mantida – Apelo desprovido.(TJ-SP - APL: 00008023320148260252 SP 0000802-33.2014.8.26.0252, Relator: Spoladore Dominguez, Data de Julgamento: 22/07/2015, 13ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 23/07/2015)(grifei)

Av. Rio Branco, S/N - Centro - Canarana/BA
CEP: 44890-000 - CNPJ: 13.714.464/0001-01 - Tel. (74) 99952 8552
Email: licitacoes@canarana.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

GESTÃO
2021-2024

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO IMPUGNADO. REVOGAÇÃO DO CERTAME. ILEGITIMIDADE PASSIVA. Objeção processual rejeitada. Pertinência subjetiva em relação ao objeto litigioso. Sujeição ao polo passivo da relação processual. Em sede de mandado de segurança a autoridade responsável pelo ato administrativo tem legitimidade para figurar no polo passivo. MÉRITO. A autoridade impetrada revogou a licitação antes da adjudicação do objeto e homologação do resultado. Motivação empregada pela autoridade considera fato superveniente. Não violação ao disposto no artigo 49 da Lei 8.666/93. Poder de autotutela abrange o dever de anular seus próprios atos em razão de ilegalidade ou, revogar por motivo de interesse público superveniente desde que devidamente comprovado. Inteligência da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. **A revogação da licitação ocorreu antes da adjudicação. O impetrante não tem direito adquirido à celebração do contrato. Ato discricionário da Administração Pública. Necessidade de audiência da licitante antes da revogação. Inocorrência.** Prevalência dos motivos determinantes para a revogação. RECURSO PROVIDO.(TJ-SP - APL: 00115112020118260451 SP 0011511-20.2011.8.26.0451, Relator: José Maria Câmara Junior, Data de Julgamento: 12/03/2014, 9ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 12/03/2014)(grifei)

Diante de todo o exposto e considerando os termos e fundamentos ora expostos, ante a necessidade da atuação da Administração, de ofício recomendamos a Revogação do Certame Licitatório pelos motivos apresentados.

Nada mais havendo a se tratar, esta comissão conclui o presente relatório e julgamento em ata encaminha a mesma para publicação no Diário Oficial do Município, e abre o prazo de lei para a intervenção de eventuais recursos.

Canarana - Bahia, 19 de maio de 2021.

EDUARDO SEIXAS PIMENTA
PRESIDENTE

NALIEL GONÇALVES DAMASCENO
MEMBRO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

GESTÃO
2021-2024

Decisão

Verifico que a Comissão de Licitação recomenda a revogação da Tomada de Preço nº **006/2021**, que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada em obras de engenharia civil para construção de Creches Infantis nos Povoados de Baixa do Vigário e Capivara, para atender demandas da Secretaria de Educação desta Municipalidade.**

Fundamenta a necessidade dessa revogação em virtude de problemas encontrados no projeto que necessitam de urgente correção e que inviabilizariam a execução da obra.

A revogação é modalidade de extinção de ato administrativo que ocorre por razões de oportunidade e conveniência. A Administração Pública pode revogar um ato quando entender que, embora se trate de um ato válido, que atenda a todas as prescrições legais, não está de acordo com, ou não atende adequadamente ao interesse público no caso concreto.

Dessa forma, determino a revogação da Tomada de Preço nº **006/2021**, que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada em obras de engenharia civil para construção de Creches Infantis nos Povoados de Baixa do Vigário e Capivara, para atender demandas da Secretaria de Educação desta Municipalidade.**

Publique-se.

Canarana-Bahia, 19 de maio de 2021.

EZENIVALDO ALVES DOURADO
Prefeito Municipal



Decreto

GABINETE DO
PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Av. Videval S. Dourado, S/N - Centro - Canarana/BA
CEP: 44890-000 - CNPJ: 13.714.464/0001-01



ERRATA DE DECRETO Nº 313 de 18 de Maio de 2021, QUE TRATA DA cessão da servidora pública Gilcelia Pereira do Nascimento.

Retifica a publicação da **CESSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA GILCELIA PEREIRA DO NASCIMENTO, POR PRAZO DETERMINADO**, decreto Nº 313/2021, publicada no Diário Oficial do Município, Ano V - edição nº00625/Caderno 1, Página 10; de terça-feira, dia 18 de maio de 2021.

Onde se lê:

Art. 1º - Ceder a SRª. GILECELIA PEREIRA DO NASCIMENTO

Leia-se:

Art. 1º - Ceder a SRª. GILCELIA PEREIRA DO NASCIMENTO

Gabinete do Prefeito, em 21 de maio de 2021.

